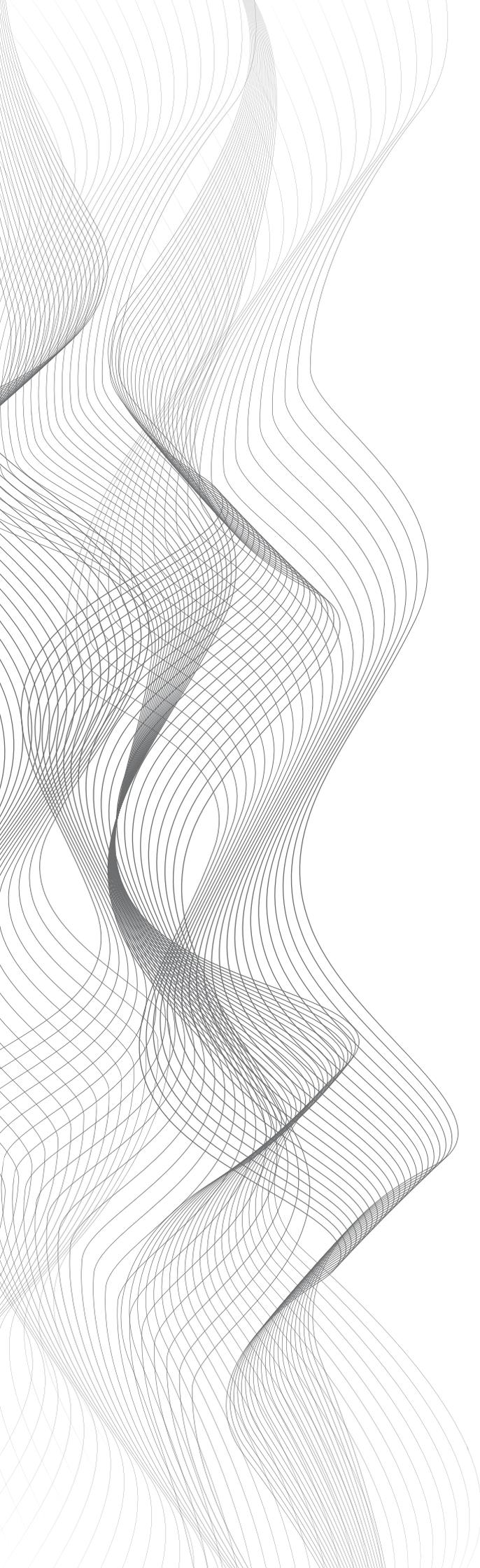




BANCO CENTRAL
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE —

PLANO ESTRATÉGICO 2021- 2024



PLANO ESTRATÉGICO
DO BANCO CENTRAL DE
S. TOMÉ E PRÍNCIPE

2021 - 2024

VISÃO

Um sistema financeiro estável, moderno e mais inclusivo

MISSÃO

Promover a estabilidade da moeda nacional e do sistema financeiro

Pilar 1 - Política Monetária Eficaz e Sustentabilidade do Regime Cambial

Pilar 2 - Modernização e Solidez do Sistema Financeiro

Pilar 3 - Aumento da Literacia e Inclusão Financeiras

Pilar 4 - Reforço da Capacidade Institucional e da Gestão Interna

VALORES

Integridade # Comprometimento
Espírito de Equipa # Transparência e Responsabilização
Competência # Independência # Eficiência

MENSAGEM DO GOVERNADOR

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (Banco Central) tem como principais funções assegurar a estabilidade da moeda nacional e do sistema financeiro do país.

Diversos eventos registados nos últimos tempos, como a crise da dívida pública, a crise dos mercados financeiros, o proteccionismo estatal e, mais recentemente, a crise pandémica da COVID-19, expuseram a necessidade de uma maior cooperação internacional e de uma abordagem heterodoxa por parte dos bancos centrais.

O contexto internacional desfavorável acarreta desafios acrescidos que impõem ao Banco Central a necessidade de reforçar as suas intervenções, quer no que concerne à presença no centro da actividade económica, quer no que respeita à articulação entre as políticas orçamental e monetária.

Neste sentido, o Banco Central é chamado a moldar as suas unidades de estrutura às novas exigências, adaptando-as aos padrões modernos impostos aos bancos centrais. É neste quadro que apresentamos o Plano Estratégico 2021 – 2024, o qual orientará as realizações mais relevantes, como a implementação cabal do Plano de Desenvolvimento do Sector Financeiro, a digitalização do sistema financeiro, o reforço dos mecanismos de controlo interno e de compliance, o aprimoramento dos procedimentos para a supervisão baseada no risco, o aumento do acesso ao sistema financeiro e a adopção de um quadro moderno e inclusivo de gestão interna.

Com efeito, alicerçado na observância dos nossos valores institucionais e tendo presente a nossa missão, em nome do Conselho de Administração e dos colaboradores em geral, tenho a honra de apresentar o Plano Estratégico 2021 – 2024 do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, um guião do colaborador e que deve servir de base para aprimorar a participação individual e reforçar o contributo colectivo, incontornáveis premissas para que o Banco Central continue a ser um elemento e factor imprescindíveis ao desenvolvimento da economia nacional.

Plano Estratégico 2021 - 2024: "**RESILIÊNCIA E MAIOR INCLUSÃO**"



O Governador
Américo Barros

A actual crise pandémica da COVID-19 veio colocar em evidência duas realidades inquestionáveis. Por um lado, o papel dos bancos centrais no sistema económico, enquanto um dos principais suportes das políticas de apoio às famílias e às empresas, bem como no processo de recuperação da economia. Por outro lado, a divergência no processo de retoma da actividade económica espelha o caminho que economias como a de S. Tomé e Príncipe ainda têm a trilhar.

Estes acontecimentos fizeram emergir desafios de natureza e complexidade diversas. Para além da já desafiadora promoção do crescimento e desenvolvimento económico, as transformações digitais e a responsabilidade e sustentabilidade ambientais ampliaram a profundidade dos desafios que o sistema financeiro enfrenta.

E, neste percurso, o Banco Central tem um papel fundamental enquanto gestor do sistema financeiro e instituição de responsabilidade social acrescida. No entanto, o sucesso da actuação do Banco Central está dependente da transposição de algumas barreiras intrínsecas às suas áreas de actuação, como garantir a estabilidade do sistema financeiro, promover o acesso aos produtos e serviços financeiros de qualidade e a preço acessível, fornecer uma infraestrutura financeira alinhada com os padrões mais avançados a nível internacional e desenvolver instrumentos que garantam a eficácia da política monetária.

O Plano Estratégico 2021-2024 constitui uma abordagem de respostas global e consistente, integrada nestes desafios e define a linha orientadora do governo do Banco Central. A execução plena deste plano, para além de sedimentar a importância sistémica do Banco Central no contexto da economia nacional, reforçá-lo-á no quadro institucional, enquanto instituição de referência. Para além disso, contribuirá de forma inequívoca para que S. Tomé e Príncipe se posicione no grupo de países que se encontram num processo de convergência.

Não menos importante será a redefinição da cooperação institucional, sobretudo com as nossas congéneres da lusofonia e as instituições financeiras multilaterais.

Ao longo dos três anos de execução deste Plano Estratégico será feito o monitoramento do seu nível de implementação através de indicadores globais que permitirão, em cada momento, avaliar e tomar as decisões mais adequadas.

No cerne de todo este processo estão os colaboradores do Banco Central. Para além de serem os executores por excelência deste plano, terão um referencial que lhes permitirá contribuir de forma fundamental para que o Banco Central cumpra a sua missão, em rigorosa sintonia com a visão e a cultura institucionais que definiu.

A Missão, Visão e Valores do Banco Central foram definidos inicialmente após a sua institucionalização e têm evoluído, adaptando-se aos desafios dos tempos modernos, de forma a assegurar a solidez da cultura organizacional do Banco.



MISSÃO

Assegurar a estabilidade da moeda nacional e do sistema financeiro.



VISÃO

Um sistema financeiro mais inclusivo, moderno e eficaz;

Um banco central de referência, exemplar na defesa de valores institucionais, na relação entre colaboradores e com as demais instituições;

A construção de um sistema financeiro amigo do ambiente.



VALORES

Integridade - Com a integridade asseguramos a boa governação e a credibilidade da instituição;

Transparência e responsabilização - Com a transparência e responsabilização as nossas acções e decisões manter-se-ão sob escrutínio e assumimos as responsabilidades pelas mesmas;

Comprometimento - Com o comprometimento asseguramos o engajamento com a missão, visão, objectivos e valores da instituição;

Competência - Com a competência procuramos aprimorar continuamente os padrões de desempenho para atender às expectativas da sociedade, empenhados no alinhamento às melhores práticas internacionais;

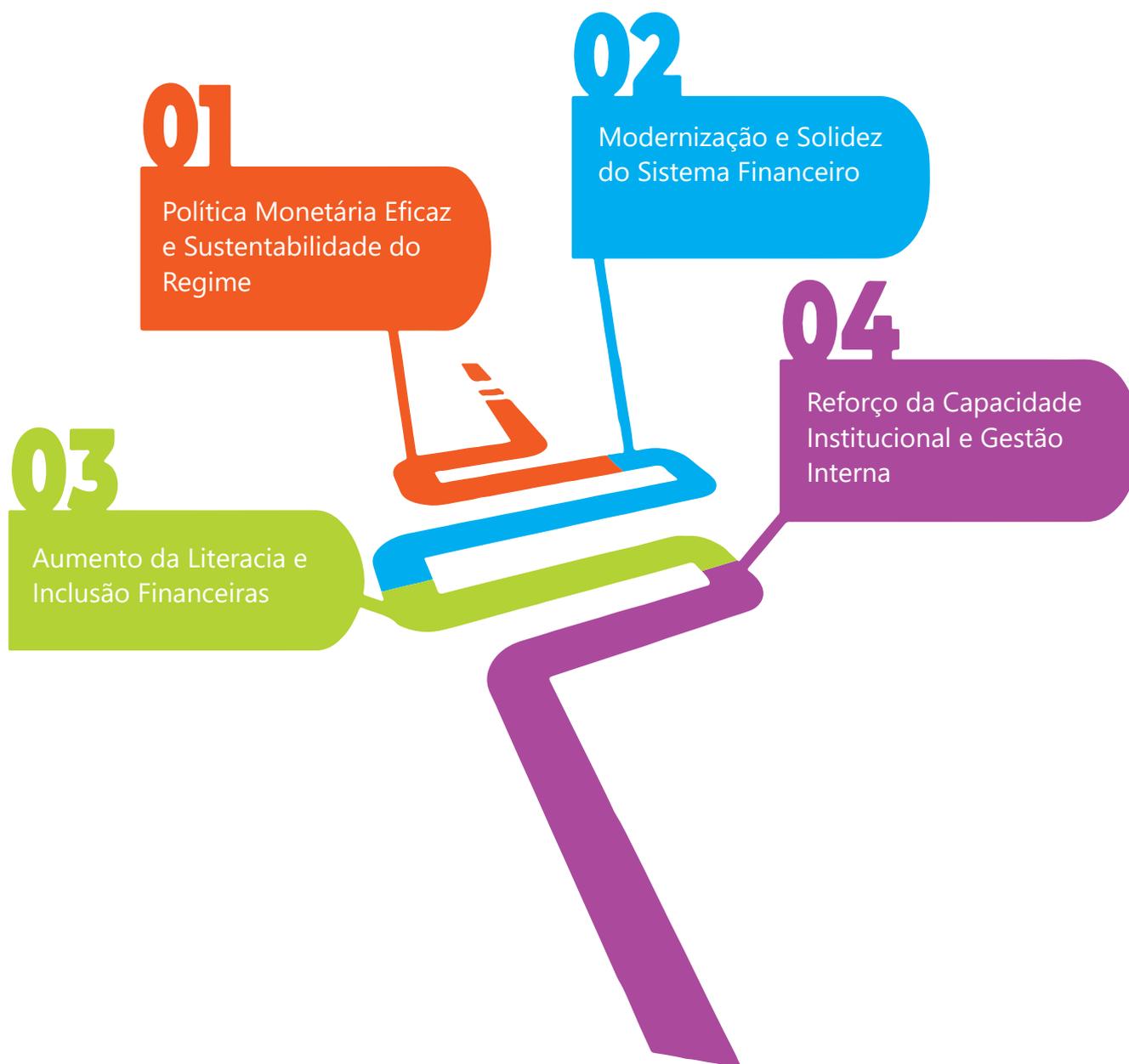
Espírito de equipa - Com espírito de equipa tiramos partido das experiências acumuladas, conhecimentos e sinergias;

Independência - Com a independência e coordenação asseguramos uma contribuição positiva e efectiva para a estabilidade da moeda nacional e do sistema financeiro;

Eficiência - Com a eficiência asseguramos a qualidade dos resultados, em tempo oportuno, bem como a racionalidade dos recursos.



PILARES DO PLANO ESTRATÉGICO 2021 - 2024



As Linhas Gerais de Orientação Estratégica definidas pelo Conselho de Administração traduzem-se em pilares de governação para os próximos anos.

Pilar 1: Política Monetária Eficaz e Sustentabilidade do Regime Cambial

No âmbito da política monetária e cambial, o Banco Central envidará esforços no sentido de mitigar os efeitos adversos dos estrangimentos estruturais que têm condicionado a eficácia da política monetária e de promover a sustentabilidade do regime cambial em vigor.

Para o efeito, elegem-se os seguintes objectivos estratégicos (OE):

OE1:

Contribuir para a estabilidade macroeconómica e prosseguir as funções de autoridade monetária

A implementação da política monetária no contexto da economia são-tomense enfrenta desafios associados à própria estrutura do mercado, mormente o excesso de liquidez, a pouca elasticidade das taxas de juros, o elevado nível de crédito malparado, a inoperância do mercado monetário, a concentração no sistema bancário, entre outros factores que limitam o normal funcionamento dos instrumentos e mecanismos de transmissão de política monetária. Para o próximo triénio, o Banco Central irá focar-se na redução gradual dessas barreiras e aprimorar os instrumentos de política monetária.

Assim, para a concretização deste objectivo estratégico perspectiva-se:

- Reforço de gestão e monitorização de liquidez, através de instrumentos adequados, de modo a assegurar o equilíbrio de liquidez no sistema financeiro;
- Adopção da inovação tecnológica ("Core Banking System") para promover uma maior eficiência do mercado monetário;
- Prossecução do reforço de capacidades em matéria de programação financeira;
- Incentivo à produção de estudos e trabalhos de investigação em diversas áreas,

incluindo em matéria de política monetária;

- Desenvolvimento e aprimoramento do quadro jurídico e de um sistema abrangente, automatizado e inclusivo de registo, custódia e transferência de propriedade de títulos, constituindo o elemento basilar para o desenvolvimento do mercado secundário de títulos;
- Modernização e reforço da produção, qualidade e divulgação de estatísticas, assegurando deste modo a fiabilidade e a oportunidade das informações estatísticas, bem como a garantia de uma articulação eficiente com os fornecedores de informação;
- Desenvolvimento de uma base de dados de gestão de informações estatísticas;
- Dinamização de espaços de coordenação multissectorial favoráveis ao desenvolvimento da policy mix..

OE2:

Promover a sustentabilidade do regime de câmbio fixo em vigor

O actual regime cambial em vigor é um instrumento imprescindível para garantir a estabilidade macroeconómica a curto e médio prazos. Para além disso, o Banco Central deve garantir a operacionalidade do mercado cambial. Assim, para concretizar esses objectivos, deverá levar a cabo as seguintes acções:

- Adoptar uma nova Lei Cambial e respectivos regulamentos de aplicação, melhor adequados ao actual processo de evolução da bancarização, à liberalização cambial, à abertura económica ao exterior e que promovam maior entrada de moedas estrangeiras no mercado cambial nacional e o combate à informalidade;
- Proceder a uma supervisão mais efectiva e ajustada à nova Lei Cambial;
- Acompanhar atentamente a evolução do mercado cambial, intervindo, adoptando providências genéricas e actualizando, sempre que necessário, os princípios reguladores das operações sobre divisas;
- Reforçar a capacidade de gestão e aperfeiçoar os procedimentos de análise e de gestão de risco e desempenho da carteira de activos da Instituição, através do reforço de capacidades;

- Continuar a fortalecer a gestão de reservas externas, explorando novas oportunidades de investimento com os parceiros.

OE3:

Reforçar os padrões de segurança da moeda nacional

O Banco Central, enquanto único órgão emissor do país, continuará a primar pela implementação de padrões de qualidade, segurança e credibilidade da moeda nacional e do sistema financeiro nacional, fixando como objectivos a colocação em circulação de moedas e notas da Dobra com padrões modernos de qualidade e segurança e de fácil reconhecimento pelo público.

Pilar 2: Modernização e solidez do sistema financeiro

O Banco Central tem como um dos objectivos - chave a promoção de um Sistema Financeiro eficiente e credível, assegurando assim a sua estabilidade. Para o efeito, afigura-se necessária uma maior interacção entre as funções de supervisão micro e macroprudencial, bem como a modernização e o aprimoramento do Sistema Financeiro Nacional.

Pretende-se, de igual modo, promover um mercado competitivo que assegure o acesso a serviços financeiros de qualidade e de baixo custo. Adicionalmente, a promoção ou facilitação do acesso ao crédito apresenta-se crucial para garantir às MPMEs os recursos necessários à dinamização da economia, alterando desta forma o nível de dependência face às flutuações massivas nos fluxos de IDE e de preços das matérias-primas. Nesta perspectiva, o Banco Central, com vista a alcançar um sistema financeiro moderno e sólido, definiu quatro objectivos estratégicos, designadamente:

OE4:

Continuar a actualizar o quadro legal e regulamentar do sistema financeiro

O objectivo de estabelecer um regime de supervisão eficaz, capaz de garantir um sistema financeiro sólido e seguro em S. Tomé e Príncipe, passa pelo reforço e actualização do enquadramento legal e regulamentar, através da definição de regras e fronteiras claras para os intervenientes, tendo em consideração as melhores práticas internacionalmente aceites. Para o efeito, o Banco Central deve participar activamente na preparação da legislação e regulamentação relevantes, através das seguintes acções ou medidas:

- Estabelecer um quadro legal e regulamentar coerente, abrangente, actual e harmonizado para o sector financeiro;

Proceder à revisão da Lei Orgânica do Banco Central e da Lei das Instituições Financeiras, de modo a adequá-las aos padrões internacionais e a responderem aos novos e cada vez mais complexos desafios que se colocam nos respectivos domínios;

- Melhorar o planeamento de contingência e estabelecimento de mecanismos de coordenação para a gestão de crises, nomeadamente a aprovação do manual de procedimentos de resolução;
- Regulamentar os procedimentos de supervisão, a partir da aprovação do manual de procedimentos da Direcção de Supervisão das Instituições Financeiras;
- Adopção da Lei sobre Garantias Mobiliárias, que permitirá, também, a interoperabilidade entre a Central de Risco de Crédito e o Registo electrónico de garantias móveis;
- Aumentar a cobertura da informação disponibilizada pela Central de Risco de Créditos "CRC", de modo a incluir, entre outros aspectos, o reporte das instituições de Microfinanças;
- Implementar cabalmente o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Pagamentos, o qual reforça as competências do Banco Central enquanto autoridade reguladora em matéria de superintendência dos subsistemas de pagamentos e incorpora a introdução de novos serviços financeiros.

OE5:

Reforçar a infraestrutura tecnológica do sector financeiro, a fim de melhorar os serviços financeiros ao público e adequá-la à realidade e melhores práticas internacionais

De modo a se alcançar o desiderato de um sistema financeiro moderno e dotar o mesmo de infraestruturas robustas e eficientes que forneçam dados rigorosos em tempo oportuno, susceptíveis de reduzir as assimetrias de informação, é imperioso implementar as seguintes medidas:

- Continuar a modernizar as infraestruturas tecnológicas e financeiras de modo a promover uma maior abertura e concorrência, bem como melhorar e facilitar o acesso da população a serviços financeiros eficientes, seguros e a baixo custo (competitivos);
- Continuar os esforços com vista à aceitação de mais cartões de pagamentos internacionais (Mastercard), além da marca Visa, que já é uma realidade;
- Operacionalizar a central de registo electrónico de garantias;
- Modernizar e adaptar a central de risco de créditos à realidade e às melhores práticas internacionais;
- Promover a interoperabilidade entre a Central de Risco de Crédito, a Central de Balanços e o Registo electrónico de garantias móveis;
- Tornar operacional o subsistema de liquidação a grosso em tempo real (RTGS);
- Introduzir as transferências electrónicas e operacionalizar a compensação electrónica de cheques (ATS+);
- Introduzir todos os operadores do sistema na rede SWIFT gerida pelo Banco Central;
- Desburocratizar o acesso a serviços e produtos financeiros;
- Operacionalizar o mobile banking, além de outros serviços com melhor alcance de inclusão financeira para os clientes não bancários;
- Modernizar e inovar tecnologicamente os serviços inerentes ao processamento do tratamento de notas, de modo a incorporar os necessários ganhos de produtividade, eficiência e segurança.

OE6:

Reforçar a supervisão e o acompanhamento do sector financeiro

O reforço do enquadramento legal e regulamentar do sector através da sua modernização contribui para um sistema financeiro estável e robusto. No plano microprudencial, é indispensável o aprofundamento da supervisão e dos conhecimentos sobre a estrutura das instituições e a respectiva actividade numa base prospectiva, concentrando-se nos principais factores de risco para a estabilidade financeira.

Concomitantemente, deve-se promover uma maior transparência da actividade e dos riscos nos quais se possa incorrer, a fim de permitir uma crescente eficácia da disciplina de mercado.

O Banco Central continuará ainda a apostar numa supervisão mais intrusiva dos bancos. Com vista a prosseguir este objectivo estratégico, necessário se torna desencadear as seguintes acções e medidas:

- Aumentar a qualidade e a frequência da supervisão on-site e off-site;
- Implementar rigorosamente a estratégia para a redução do nível de crédito malparado, dentre os quais a revisão da NAP sobre Classificação de Activos e Provisões;
- Modernizar e digitalizar as plataformas e instrumentos de supervisão, permitindo uma automatização dos processos de monitorização;
- Implementar, na íntegra, os princípios básicos da Basileia para uma supervisão bancária eficaz, através de um processo contínuo de actualização do quadro regulamentar;
- Consolidar os mecanismos de protecção do consumidor, mediante novas propostas de legislação;
- Alargar o âmbito da análise tradicional de supervisão, reforçando a sua vertente prospectiva, através da análise do modelo de negócio e dos planos de financiamento e de capital para um horizonte de 2 – 3 anos;

- Avaliar regularmente a capacidade das instituições bancárias para suportar cenários económicos e financeiros adversos, através da promoção de exercícios regulares de testes de stress e de constante intercâmbio entre o Banco Central e as mesmas para a discussão dos respectivos resultados e da inclusão destes resultados no perfil institucional de cada banco;
- Elaborar, regularmente, o relatório de estabilidade financeira;
- Desenvolver ferramentas e métodos que melhor identifiquem e avaliem os riscos para a estabilidade financeira;
- Adquirir um software com vista a otimizar e automatizar os processos de supervisão bancária do Banco Central (suptech);
- Reforçar capacidades nas áreas de superintendência do sistema de pagamentos, resolução bancária, análise de riscos, análise e investigação em estabilidade financeira e macroprudencial.

Pilar 3: Aumentar a Literacia e a Inclusão Financeira

A Inclusão Financeira é o acesso de todos os agentes económicos a serviços e produtos financeiros de qualidade e a preços acessíveis, num mercado competitivo em que esteja assegurada a protecção do consumidor.

O Banco Central acredita que a edificação de um sistema financeiro inclusivo constitui um mecanismo essencial de combate à pobreza, permitindo aos mais desfavorecidos económica e socialmente participarem activamente no processo de desenvolvimento económico e social do país.

Assim, o Banco Central estabelece como objectivo estratégico neste domínio, elevar os níveis de inclusão financeira dos são-tomenses, implementando as acções da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) que lhe digam respeito, e contribuir para se alcançar a meta de ter 70% da população adulta são-tomense incluída no sector financeiro formal até 2025.

Para o efeito, a ENIF elegeu quatro áreas estratégicas, nomeadamente os Serviços Financeiros Digitais, as Finanças Verdes Inclusivas, a Inclusão Financeira das Mulheres e o Empoderamento do Consumidor e Literacia Financeira.

OE7:

Promover o uso de FinTech, Regtech e Suptech para atingir pelo menos 50% das transacções financeiras

Perspectiva-se para o período de 2021 a 2024 atingir um nível significativo do uso inovador da tecnologia no acesso aos serviços financeiros, promovendo os serviços de financiamento digitais para todas as camadas da população de forma segura e com o menor risco possível:

- Reforçar a capacidade institucional do Banco Central enquanto regulador dos serviços financeiros;
- Fomentar os pagamentos G2P e P2G;
- Fomentar a utilização de canais alternativos de disponibilização de serviços financeiros;
- Colaborar na implementação de políticas de fomento de startups de Serviços Financeiros Digitais.

OE8:

Elevar o índice de inclusão financeira das mulheres de 0,18 para 0,50

Perspectiva-se estimular avanços significativos na promoção da igualdade de género e no empoderamento económico das mulheres:

- Aumentar a inclusão financeira das mulheres para o nível 0,50, permitindo avanços significativos na promoção da igualdade de género e no empoderamento económico das mulheres;
- Garantir a existência de produtos e serviços financeiros adequados e acessíveis às mulheres;
- Fomentar o empoderamento das mulheres promovendo o crescimento inclusivo;
- Melhorar o nível de conhecimento sobre os clientes para melhor satisfazer as suas necessidades em termos de serviços e produtos financeiros.

OE9:

Facilitar a construção de uma economia verde e financeiramente inclusiva em STP

Perspectiva-se fomentar a inclusão financeira através da promoção das “finanças verdes”:

- Assegurar a disponibilização de serviços e produtos financeiros que permitam mitigar e constituir resiliência aos impactos das mudanças climáticas;
- Contribuir para a promoção de uma economia verde.
- Definir indicadores padronizados de mensuração;
- Adoptar políticas de prevenção de riscos climáticos no sector financeiro.

OE10:

Elevar a garantia de protecção do consumidor financeiramente alfabetizado de 39 para 60%

Perspectiva-se para o período de 2021 a 2024 garantir que os são-tomenses tenham níveis de literacia financeira suficientes para melhor utilizar os produtos e serviços financeiros disponíveis:

- Melhorar a compreensão dos principais conceitos financeiros e económicos;
- Melhorar a capacidade de oferta dos serviços e produtos financeiros;
- Elevar a capacidade de gestão orçamental dos agentes económicos;
- Promover hábitos de poupança e a capacidade de gestão de dívida;
- Melhorar a capacidade de escolha de serviços e produtos financeiros;
- Reforçar a protecção dos direitos do consumidor.

Pilar 4: Reforço da Capacidade Institucional e Gestão Interna

O eclodir da Covid-19 e o subsequente impacto sobre a economia, demonstraram o papel imprescindível do Banco Central enquanto administrador e supervisor do sistema financeiro. No entanto, a eficácia das medidas adoptadas só é garantida a partir de um processo de comunicação eficaz e transparente. Por outro lado, as exigências colocadas ao Banco Central só serão atendidas de forma célere, eficaz e produtiva se os processos de gestão interna estiverem à altura dos desafios emergentes.

Nesta perspectiva, impõe-se a adopção de uma abordagem contínua de reforço de capacidades dos colaboradores, assim como da credibilidade e da imagem da instituição. Para o efeito, o Banco Central elege como objectivo estratégico o seguinte:

OE11:

Elevar o prestígio institucional através de uma comunicação eficiente e transparente

Para a concretização deste objectivo estratégico perspectiva-se para o período de 2021 a 2024:

- Desenvolver uma estratégia de comunicação para o Banco Central e fortalecer a sua imagem;
- Adoptar meios mais eficazes e apropriados para comunicar as decisões tomadas em matéria de política monetária, supervisão do sistema financeiro e superintendência dos sistemas de pagamentos nacionais;
- Sensibilizar o público sobre a missão do Banco Central e as funções de interesse público que desempenha;
- Alargar os instrumentos de comunicação com o público, através de intervenções, publicações, comunicados, palestras, etc, em diferentes media e plataformas, com destaque para o Website do Banco Central:

Concomitantemente, o Banco Central tem desafios importantes no quadro do reforço de valores que protejam a mística e a cultura corporativas, bem como de governança. Para o efeito, serão melhorados o processo de gestão e organização interna, reforçando as qualificações técnicas e sociais dos recursos humanos/colaboradores, a infraestrutura

tecnológica e adequando as práticas e procedimentos contabilísticos internos aos padrões internacionais. Estes propósitos serão alcançados através dos seguintes objectivos estratégicos.

OE12:

Promover o desenvolvimento constante de competências e fortalecer a cultura organizacional da instituição

A formação contínua e direccionada promove o desenvolvimento dos colaboradores, nas dimensões técnica e social, habilitando-os e capacitando-os a lidar melhor com as alterações no contexto interno e externo. Por outro lado, o fomento da coesão interna torna o Banco Central e os seus colaboradores mais resilientes. Deste modo, para a realização deste objectivo estratégico elencou-se:

- Implementar um regulamento que reflecta a política de formação do Banco Central e os objectivos subjacentes;
- Instituir instrumentos de avaliação do impacto das formações nas unidades de estrutura onde o colaborador actue;
- Adoptar instrumentos de auditoria dos recursos humanos que reflectam o desenvolvimento dos colaboradores;
- Regulamentar o manual de perfil de competências técnicas e comportamentais;
- Harmonizar o processo de selecção dos recursos humanos com os perfis definidos no manual de perfil de competências;
- Adaptar progressivamente o modelo de governance do Banco Central às alterações do ambiente interno e do macroambiente;
- Combinar os resultados da avaliação de desempenho e avaliação do impacto das formações;
- Incentivar e elevar os padrões de qualidade dos estudos e trabalhos de investigação realizados pelo Banco Central;
- Adoptar actividades sociais que protejam a coesão interna e fortaleçam o comprometimento com a instituição.

OE13:

Aprimorar a cultura de gestão de desempenho, orientado para o aumento da produtividade e da motivação

A adopção de um sistema de gestão e avaliação de desempenho permitirá ao Banco Central estar em melhores condições para tomar decisões mais ajustadas em relação aos salários, bonificações, promoções, formação e planificação da carreira, proporcionando oportunidades melhores e mais justas. Para o efeito, será concretizado o seguinte conjunto de acções:

- Actualizar o modelo de gestão e avaliação de desempenho;
- Regulamentar as atribuições de todos os colaboradores do Banco Central em função das unidades de estrutura em que operem;
- Implementar políticas de formação permanentes com o objectivo de dotar os colaboradores de instrumentos que lhes permitam avaliar e serem avaliados objectivamente;
- Instituir uma política de benefícios e bonificações associados aos níveis de produtividade.

OE14:

Aumentar os níveis de eficiência operacional do Banco Central através de plataformas tecnológicas modernas

A automatização dos processos elevará o nível do Banco Central como instituição de referência nacional e aumentará a produtividade dos seus colaboradores.

Para melhorar os níveis de eficiência operacional do Banco Central através de plataformas tecnológicas modernas, preconizam-se as seguintes acções:

- Apropriar-se das normas internacionais ITIL para implementação de um modelo de IT Governance, alinhado à missão, visão, valores, pilares e objectivos estratégicos do Banco Central, através do desenvolvimento de um novo Core Bank System para o Banco Central (CBS/ERP), associado a um novo plano de contas adequado às mais modernas normas internacionais;

- Implementar um modelo de categorização da informação, com base em matrizes de classificação;
- Aumentar a acessibilidade às plataformas de cloud-computing e, desta forma, facilitar a disponibilização de serviços tecnológicos que produzam efeitos de escala na eficiência dos custos operacionais;
- Criar uma matriz de risco IT que elenque os tipos de riscos associados à actividade do Banco Central classificados por criticidade (nível de exposição e impacto das ameaças) e que apresente medidas de mitigação;
- Implementar um conjunto de políticas, normas e procedimentos de segurança a nível dos sistemas e tecnologias de informação, onde sejam definidas as linhas orientadoras para que se possam atingir os objectivos de segurança dos sistemas de informação, de acordo com os requisitos da actividade do Banco Central;
- Elaborar o plano de continuidade de negócios elencando um conjunto de práticas que possam ir de encontro ao aumento da resiliência dos sistemas de compensação e liquidação do sistema financeiro são-tomense face a catástrofes naturais e/ou todos os outros tipos de ameaças humanas que ponham em risco o interesse público associado ao normal funcionamento do sector financeiro;
- Continuar a dotar o Banco Central, a SPAUT, SA e o sistema financeiro no seu todo, de infraestruturas de processamento e segurança de informação adequadas (Data Center primário e secundário), de conformidade com os padrões internacionais recomendáveis;
- Promover a inovação tecnológica no contexto da modernização das infraestruturas de gestão de negócios e de meios de pagamentos e a desmaterialização dos instrumentos de gestão e de comunicação, incluindo a certificação digital e a assinatura electrónica; desenvolver condições tecnológicas orientadas para responder às exigências de eficiência e eficácia, tanto de cibersegurança como de disaster recovery e a correspondente sustentabilidade do plano de negócios.

OE15:

Robustecer a adequação progressiva das práticas e procedimentos contabilísticos aos padrões internacionais

O aumento do escrutínio público à performance do Banco Central na gestão dos recursos financeiros e à mitigação dos efeitos da crise implica que o mesmo deva reforçar valores como a responsabilização e a transparência na defesa do interesse público.

Robustecer a adequação progressiva das práticas e procedimentos contabilísticos aos padrões internacionais geralmente aceites revela-se como condição estratégica sine qua non à efectiva realização das missões que lhe são atribuídas.

Uma acção de central importância é a migração gradual das actuais práticas contabilísticas para as IFRS (International Financial Reporting Standards), com as necessárias adaptações derivadas das especificidades dos bancos centrais.



IV MONITORAMENTO DO PLANO

O monitoramento do Plano Estratégico é fundamental para avaliar a qualidade da sua implementação. Os indicadores de resultados permitirão sintetizar a matriz a partir da qual o Conselho de Administração do Banco Central observará até que ponto as acções foram transformadas em resultados satisfatórios.

Seguir-se-á um conjunto de indicadores globais para analisar a execução do plano numa base anual e indicadores sectoriais específicos adstritos às unidades de estrutura do Banco Central em função dos objectivos definidos neste Plano Estratégico e no respectivo plano de actividade.

Cada Unidade de Estrutura encarregar-se-á de prestar contas sobre o progresso das acções previstas no Plano, bem como justificações para eventuais desvios e respectivas propostas de correcção, caso se justifique.

Os indicadores globais de monitoramento são:



Número de colaboradores



Nível de implementação



Cronograma de execução



Satisfação e reputação

Os indicadores sectoriais serão apresentados internamente em função das diferentes unidades de estrutura.





BANCO CENTRAL
— *S. TOMÉ E PRÍNCIPE* —